

Política

GESTÃO PÚBLICA

Da Camino reprova as contas de 2012 de Tarso

TCE julga parecer do conselheiro Adroaldo Loureiro na quarta-feira

Alexandre Leboutte

leboutte@jornaldocomercio.com.br

O procurador-geral do Ministério Público (MP) de Contas, Geraldo Da Camino, concluiu a análise das contas do governador Tarso Genro relativas ao ano de 2012, a partir de auditoria técnica da Corte, recomendando sua reprovação. Nesta quarta-feira, o conselheiro Adroaldo Loureiro apresenta seu parecer prévio ao pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE), em sessão que ocorre pela manhã.

Em seu parecer, Da Camino aponta alguns problemas que já apareciam no ano anterior, quando o MP de Contas também sugeriu a reprovação das contas de 2011, em função de não haver a aplicação dos percentuais mínimos constitucionais de 12% na saúde e de 35% na educação. Porém, aquele exercício acabou recebendo parecer favorável, embora com ressalvas, do TCE,

e, posteriormente, foi aprovado pela Assembleia Legislativa.

Neste ano, o MP de Contas reforça a não aplicação correta de recursos em saúde e educação, além de listar outros elementos. Na lista de problemas que receberam apontamentos dos auditores estão: “a obstaculização à ação do controle externo”, “pendência de repasse de contribuições previdenciárias retidas de servidores”, “irregularidade na aplicação de recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)” e o “agravamento da situação financeira” do Estado.

O procurador ressalta que, segundo a auditoria técnica, o Departamento de Receita Pública Estadual (DRPE), que em 2010 foi elevado à condição de subsecretaria da Fazenda, “continuou impondo restrições aos trabalhos do TCE”, conforme já vinha acontecendo em anos anteriores.

“Tem sido habitual a prática de obstruir a atuação das equipes de fiscalização da Corte de Contas, particularmente no que diz com a avaliação da receita pública. E novamente os técnicos da Corte tiveram limitada a sua atuação, impedidos que foram de examinar e opinar sobre a regularidade dos controles e a execução da administração tributária”, diz o parecer, salientando que “as reiteradas ocorrências” levaram a uma representação junto ao MP estadual em 2010, ainda na gestão de Yeda Crusius (PSDB, 2007-2010).

Consultada, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) listou as situações em que os dados protegidos por sigilo fiscal poderiam ser acessados pela Corte, desde que garantida a preservação do sigilo. Porém, as restrições ainda não teriam sido solucionadas no exercício de 2012.

A auditoria que embasou o relatório de Da Camino também



FREDY VIEIRA/JC

Geraldo Da Camino ainda constatou crescimento do endividamento

apurou haver uma pendência de repasse ao Instituto de Previdência do Estado (IPE) no valor de R\$ 2,753 milhões, em 31 de dezembro de 2012.

Em outro ponto, destaca a “aplicação indevida de recursos do Fundeb, no montante de R\$ 789,417 milhões, em despesas relativas à contribuição patronal de inativos ao RPPS (Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado) e para cobertura do déficit no pagamento de aposentados”.

Com relação à situação financeira, o parecer descreve, entre outras variáveis, que o

quadro de endividamento do Estado foi agravado. “Isto porque em 2012 a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida atingiu o índice de 218,13%, ficando apenas 1,26 ponto percentual abaixo do limite máximo de 219,39%.”

Na quarta-feira, Loureiro - indicado para a Corte pela Assembleia Legislativa, em 2011, quando era deputado pelo PDT - apresentará seu parecer ao pleno do TCE, composto por sete conselheiros. Mesmo com apontamentos do tribunal, tem sido praxe a aprovação das contas dos sucessivos governos estaduais.

BRASÍLIA

Barbosa é submetido a procedimento médico de rotina

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, foi submetido sábado pela manhã a um procedimento de rotina em hospital de Brasília para tratamento de dores nas costas. O ministro sofre de dores lombares há muitos anos. Por várias vezes teve que se ausentar do STF para tratamento de saúde.

A reportagem apurou que o procedimento já estava marcado com antecedência e não tem relação com alguma crise inesperada. O atendimento ocorreu em um hospital ortopédico e de medicina especializada na Asa Sul de Brasília, instituição privada que atende por convênios com órgãos públicos e empresas.

O ministro se submeteu a uma denervação facetária por radiofrequência, um tipo de tratamento que basicamente envolve a aplicação de pequenos choques elétricos subcutâneos. O procedimento é considerado pouco invasivo e envolve a introdução de um eletrodo na região da espinha dorsal.

A internação do paciente costuma ser de no máximo dois dias, mas muitas vezes pode receber alta no mesmo dia.

A assessoria de imprensa do STF disse não ter condições de confirmar ou negar a hospitalização e o tratamento. Informou ainda que o ministro está de férias.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta que torna corrupção crime hediondo divide especialistas

O projeto que torna a corrupção crime hediondo, que tramita em regime de urgência, está pronto para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados, mas o texto não é consenso entre especialistas. A proposta chegou a ser discutida pela comissão de juristas que discutiu a atualização do Código Penal, mas foi rejeitada por 14 dos 15 juristas que participaram do grupo.

“Nós tratamos com mais clareza os crimes contra a administração pública, peculato, concussão, corrupção ativa, passiva, demos um tratamento mais adequado, mais claro. Criamos no anteprojeto o tipo penal do enriquecimento ilícito, que hoje todo mundo comenta, mas jamais pensamos em tratar crime contra a administração pública como crime hediondo”, disse o ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp, que foi o presidente da comissão de juristas que debateu o tema.

Para ele, a proposta que torna a corrupção crime hediondo é uma “lei de ocasião”. Dipp lembrou que, quando um fato comove a sociedade, imediatamente o Congresso Nacional busca dar um resposta política ou popular, criando novas figuras penais ou endurecendo as penas, mas ressaltou que não é este o caminho. “Não é o tamanho da pena

que inibe a prática do crime, e, sim, a certeza de que (o criminoso) vai ser punido, ou pelo menos, responder a um processo. A sensação de impunidade é que gera todos esses fatores de corrupção, de invasão dos cofres públicos.”

Vencido na discussão, o procurador da República Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, que foi relator da comissão de juristas, é a favor da proposta. Segundo ele, hediondo é aquilo que causa asco, nojo, repulsa, como um sequestro ou um estupro, e na evolução do País isso foi acontecendo com a corrupção. “Por isso, colocar (a corrupção) no hall dos crimes hediondos me pareceu uma coisa acertada”, disse ele.

Gonçalves destacou que, ao longo do tempo, houve uma certa tolerância com esse tipo de crime, mas hoje a prática passou a ser inaceitável, como mostram os protestos das ruas. “O País é pobre, mas faz menos com dinheiro do que deveria.”

Sobre a eficácia da proposta no combate à corrupção, o procurador da República é cauteloso, admitindo que o projeto é apenas “um passo para o caminho certo”. Para ele, a medida deve ser combinada com ações de transparência total nos gastos do Poder Público e que estimulem as denúncias à Justiça.

Aprovado no Senado no primeiro semestre deste ano, além de aumentar as penas e prever punições maiores para integrantes dos poderes Executivo, do Legislativo e do Judiciário que cometerem o delito, o Projeto 5.900/13 acaba com a possibilidade de anistia, graça, indulto ou liberdade sob pagamento de fiança para os condenados. Pelo texto, também fica mais rigoroso o acesso a benefícios como livramento condicional e progressão de regime.

De acordo com a proposta, a pena para crimes desse tipo seria de quatro a 12 anos de reclusão e multa. Em todos os casos, a pena é aumentada em até um terço, se o crime for cometido por agente político ou ocupante de cargo efetivo de carreira de estado.

Além da proposta do Senado Federal, mais oito matérias sobre o tema estão tramitando na Câmara dos Deputados e, por isso, a expectativa é de que o projeto seja modificado pelos parlamentares. O deputado Fábio Trad (PMDB-MS), que foi relator, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da proposta mais avançada na Casa, deve apresentar um texto substitutivo ao do Senado Federal, aproveitando as principais sugestões de todos os projetos que estão em tramitação.